

Programa de Formação para (Re)elaboração dos
Projetos Político-Pedagógicos
nas Escolas dos Municípios Baianos



Bahia, março de 2022.



UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME/BA)

Presidente

Raimundo Pereira Gonçalves Filho (Dirigente de Educação de Itaparica)

Vice-presidente

Anderson Passos dos Santos (Dirigente de Educação de Aratuípe)

Secretária de Coordenação Técnica

Lurdinéia Almeida Guimarães (Dirigente de Educação de Andorinha)

Secretária de Articulação Municipal

Dulcilene Soares Silva Kesting (Dirigente de Educação de Sobradinho)

Secretária de Finanças

Gleide Almeida Souza Malaquias (Dirigente de Educação de Varzedo)

Secretária de Coordenação

Lucimar de Lima Neves Azevedo (Dirigente de Educação de Santana)

UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNCME/BA)

Coordenadora

Gilvânia da Conceição Nascimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

Penildon Silva Filho (Pró-Reitor de Graduação)

Roberto Sidnei Alves Macedo (Diretor da Faculdade de Educação/ Coordenador do Formacce em Aberto)

ITAÚ SOCIAL

Claudia Petri (Coordenadora de Implementação Regional)

Renato Brizzi (Analista de Implementação)

EQUIPE DO PROGRAMA DE (RE)ELABORAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS NOS MUNICÍPIOS BAIANOS

Coordenadores do Programa

Gerusa do Livramento Carneiro de Oliveira Moura

Marcos Pereira Paiva

Renê Silva

Equipe Técnica

Cristiana Ferreira do Santos

Daniel Barbosa da Silva

Gerusa do Livramento Carneiro de Oliveira Moura

Herbet Gomes da Silva

José Renato Gomes de Oliveira

Jucineide Lessa de Carvalho

Magno Pereira Bastos

Roberto Sidnei Macedo

Formadores/as por Núcleo Formativo

Núcleo Formativo 01 - Acácia Barbosa dos Santos

Núcleo Formativo 02 - Jeane Rufina de Souza Silva

Núcleo Formativo 03 - Isa Dourado Neto de Abreu Bacelar

Núcleo Formativo 04 - Eronize Lima Souza

Núcleo Formativo 05 - Miriam Oliveira Rotondano

Núcleo Formativo 06 - Luiz Argolo de Melo

Núcleo Formativo 07 - Carolina Freitas Castro Ribeiro

Núcleo Formativo 08 - Zuma Evangelista Castro da Silva

Núcleo Formativo 09 - Fernanda Karla de Santana Reis Argolo

Núcleo Formativo 10 - Maria Cristiane Correia Maia

Núcleo Formativo 11 - Maria das Graças Souza Moreira

Núcleo Formativo 12 - Márcia de Freitas Cordeiro

Núcleo Formativo 13 - Renilton da Silva Sandes

Núcleo Formativo 14 - Karla Mychely Teles de Miranda Santana

Núcleo Formativo 15 - Robélia Aragão da Costa

Núcleo Formativo 16 - Higo Souza Silva

Núcleo Formativo 17 - Fabiana Correia Moura

Núcleo Formativo 18 - Josirlene Cardoso Lima Afonseca

Núcleo Formativo 19 - Tânia Maria Nunes Nascimento

Núcleo Formativo 20 - Karine Nascimento Silva

Núcleo Formativo 21 - Luiz Ricardo Pereira de Almeida Braga

Núcleo Formativo 22 - Edineide Vitor Costa

Núcleo Formativo 23 - Edisio Brandão Sousa

Núcleo Formativo 24 - Carlos Vagner da Silva Matos

SUMÁRIO	
OBJETIVO GERAL	5
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
JUSTIFICATIVA	7
CONHECENDO A PROPOSTA	11
Sobre o projeto político-pedagógico na/da escola: uma introdução à sua concepção, fundamentação e funções	11
ORGANIZAÇÃO ESTRUTURANTE DO PROGRAMA	15
I Organização da Equipe Técnica do Programa	15
Coordenação Geral	15
Equipe Técnica	17
II Organização do Comitê de Gestão Local do Programa	20
III Organização dos Comitês Escolares	22
IV Organização Metodológica	23
Referenciais Consultados	26
Anexo I – Núcleos Formativos	29



OBJETIVO GERAL

Realizar ação formacional conjunta para que as escolas dos municípios baianos possam (re)elaborar seus Projetos Político-Pedagógicos, tendo seu Referencial Curricular como base, contemplando a ampla participação da comunidade escolar neste processo.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ *Mobilizar as equipes técnicas das redes, gestores, coordenadores escolares, professores e conselheiros municipais de educação para estudos e vivências de elaboração do Projeto Político Pedagógico;*
- ❖ *Refletir dialogicamente, a partir de processos de estudos, sobre a elaboração e construção coletiva dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas das redes municipais e suas respectivas comunidades escolares, contemplando especificidades, interesses locais e territoriais, bem como as singularidades de cada modalidade da educação;*
- ❖ *Fomentar junto às comunidades escolares de cada rede de ensino, o exercício da reflexão, autoria e gestão do PPP;*
- ❖ *Fortalecer a articulação dos Referenciais Curriculares com a organização do trabalho pedagógico através da elaboração dos PPPs e Propostas Curriculares das escolas.*



JUSTIFICATIVA

No período de maio a novembro do ano de 2020, foi realizado o Programa de (Re)elaboração dos Referenciais Curriculares nos Municípios Baianos, pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, seccional da Bahia (UNDIME/BA), em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação/BA (UNCME/BA) e Itaú Social. O referido programa contou com

“Quero expressar meus agradecimentos a UNDIME, UNCME, UFBA e Itaú Social pela brilhante iniciativa. Quanto ao aprendizado mais importante foi a experiência de escrever um documento autoral juntamente com todos os pares da Educação Municipal. Gratidão!!!”

(Articuladora de Currículo - Contenda do Sincorá/BA)

a adesão de 402 dos 417 municípios baianos, sendo que ao final 256 municípios concluíram seus referenciais locais dentro do prazo do Programa (novembro/2020) e mais 46 até dezembro de 2020, totalizando 302 municípios com seus referenciais curriculares elaborados até o final de 2020.

Dos 100 municípios que não concluíram o Programa em 2020, um quantitativo concluiu seu referencial em 2021 ou ainda está em processo de conclusão agora em 2022, muitos deles tendo como base os materiais e orientações disponibilizados pelo Programa. Foram mais de 73 mil

educadores e educadoras que participaram deste processo formacional, abordando suas especificidades locais e territoriais neste movimento de práxis da Base Nacional Comum Curricular, pensando o currículo em movimento na perspectiva que no programa conceituamos de glocal¹ (do local para o global/ do global para o local).

Após a finalização do Programa de (Re)elaboração dos Referenciais Curriculares dos municípios baianos, na avaliação do Programa, os municípios apontaram a necessidade de orientação e apoio para a revisão/elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas das redes municipais, alinhados ao Referencial Curricular, conseqüentemente à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Neste sentido, a UNDIME/BA, atendendo mais uma vez à solicitação dos municípios baianos e compreendendo a importância da continuidade do processo formacional, iniciado com a construção dos Referenciais Curriculares Municipais, apresenta o Programa de Formação para a (Re)Elaboração dos Projetos Políticos

¹ A expressão Glocal e sua política de sentido cunhada especificamente no contexto do Grupo de Pesquisa FORMACCE FACED-UFBA, apesar de encontrarmos essa expressão em autores outros como em Robertson, (1995) por exemplo, se configura como diferença, numa construção pautada nas epistemologias da complexidade, ao reconhecerem a emergência (in)intensamente relacional das realidades contemporâneas, nos exigindo olhares e análises não dicotômicas e não antinômicas dessas realidades. Trata-se, portanto, de um neologismo que, em si, busca processos de compreensão como sínteses que (re)criam criticamente um pensar outro, tomando como referência a superação das fragmentações e reduções não relacionais que a modernidade cartesiana nos deixou de herança. Está no âmbito das noções de currículos transversais e transingulares.

Estado da Bahia
Pedagógicos nas Escolas dos Municípios Baianos, buscando fomentar o envolvimento de toda a rede de escolas e suas comunidades em um movimento de pensar/repensar a organização do trabalho pedagógico, apresenta uma nova proposta formacional.

O presente Programa Formacional ganha relevância ainda maior, por conta das consequências e reflexos da pandemia da COVID-19 na educação, o que gerou grandes inseguranças acerca das aprendizagens dos estudantes nos anos letivos 2020/2021, sobretudo das redes públicas. O processo de estudos e construção autoral, aqui proposto, deverá perpassar pela construção de compreensões consistentes sobre as aprendizagens dos estudantes durante o período de afastamento social, para que possa subsidiar o planejamento e a (re)organização das ações pedagógicas e formativas, a partir do contexto de cada unidade escolar e de sua comunidade.

Neste sentido, compreendemos que o processo de (Re)elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos nas escolas, favorecerá a reorganização do trabalho pedagógico, pensando estratégias que possam proporcionar aos estudantes a recomposição de aprendizagens prejudicadas pelo contexto pandêmico.

O Programa, numa perspectiva formacional, se alinha aos preceitos da legislação vigente, de forma mais específica a estratégia 19.6 da meta 19 da Lei 13.005/2014, estimulando “a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos...”, assim como dará subsídios para os estabelecimentos de ensino cumprirem o inciso I do Art. 12 da Lei 9.394/1996, sobre a incumbência de “elaborar e executar sua proposta pedagógica”.

Esta nova etapa do processo formacional tem o potencial de adesão dos 417 municípios baianos, envolvendo cerca de 12.456 estabelecimentos de ensino municipais, 103.440 professores e professoras, responsáveis por um universo de 2.083.618 estudantes². Dentro deste movimento formacional para (Re)elaboração dos PPPs, teremos o engajamento dos vários sujeitos/atores da comunidade escolar, convidados/as a autorar neste processo de construção. Portanto, estrategicamente, estudantes, familiares de estudantes, demais trabalhadores da educação e membros da comunidade escolar terão a oportunidade de participarem de um processo formacional de construção, o que aumenta consideravelmente o potencial de envolvimento quantitativo nesta proposta.

Esperamos com esta proposta, o envolvimento institucional da:

² Dados da Sinopse Estatísticas de Educação Básica 2020, do Censo Escolar/ INEP/ Ministério da Educação.

1. A União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), como representante dos Dirigentes Municipais de Educação, que tem entre os seus objetivos contribuir para a formação dos dirigentes municipais de educação e suas equipes técnicas para que, no desempenho de suas funções, atue decisivamente para a melhoria da educação pública no estado da Bahia;
2. A União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme), que tem entre suas finalidades articular-se com órgãos públicos e privados, tendo em vista o alcance dos objetivos educacionais constitucionais e incentivar a formação dos Conselheiros Municipais de Educação para que, no desempenho de suas funções, contribua decisivamente para melhoria da educação nos municípios brasileiros;

“Nesse movimento curricular proporcionado pela UNDIME pude extrair diversas aprendizagens, construir e desconstruir ideias acerca do currículo na prática educativa. A principal aprendizagem que carregarei está relacionada a importância de tratarmos o currículo em uma perspectiva glocal”.
3. A Universidade Federal da Bahia (UFBA), com a Superintendência de Educação à Distância, pela expertise no ensino e desenvolvimento de recursos e ferramentas digitais, e também através da Faculdade de Educação, e específico o Grupo de Pesquisa FORMACCE em Aberto do Programa de Pós-graduação em Educação FAGED/UFBA, que dedica suas principais atividades à pesquisa e à formação nos campos do Currículo e das Ações Formativas;

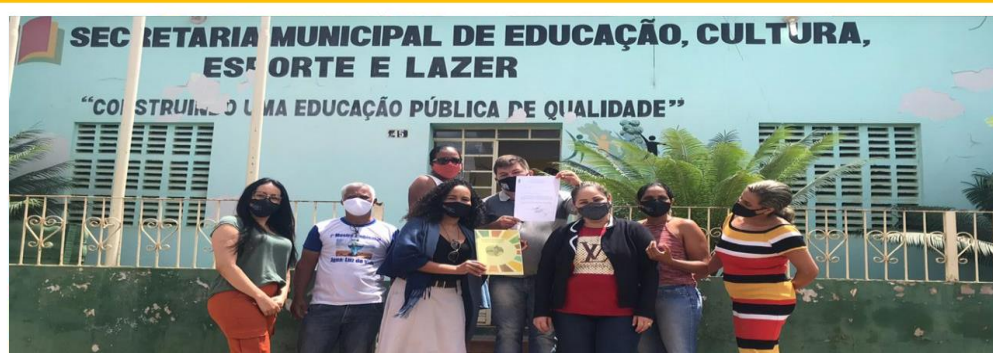
(Representante de Universidade Pública Itiruçu/BA)
4. Fundação Itaú Social, que tem como missão “desenvolver, implementar e compartilhar tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da educação pública brasileira”. Neste Programa, a Fundação Itaú atua como financiadora da proposta.

Como símbolo do nosso Programa, escolhemos o cata-vento. Na meteorologia, cata-vento é um aparelho que, dotado basicamente de uma lâmina ou grimpá que gira em torno de um eixo e de ponteiros presos a um arco, se destinando a determinar a velocidade e a direção do vento. Só que nós convidamos que

Estado da Bahia
olhemos metaforicamente para o cata-vento, e vejamos ele como o Projeto Político-Pedagógico, aquele que dá a direção para o trabalho da escola, mas não a direção rígida, e sim flexível dos ventos, dos contextos, das especificidades, das singularidades. E que não aponte qualquer direção, e sim direções e caminhos de possibilidades emancipacionistas. Que o eixo do nosso **cata-vento PPP** possa ser nosso compromisso com um processo efetivamente participativo, de escuta verdadeira, de diálogo e acolhimento, ou como abordaremos constantemente no Programa, de com-versações políticas e pedagógicas. Que as cores do nosso **cata-vento PPP** possam representar a diversidade, a heterogeneidade e as diversas educações presentes em nossas escolas.

Registramos aqui ainda nossos agradecimentos ao estudante de geografia, Deivson Nascimento da Silva Santos, que atua como Assistente Administrativo e Designer Gráfico da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do município de Acajutiba, criador/autor do nosso símbolo, que cedeu o uso para o nosso Programa.

Foto: Iraquara/BA



CONHECENDO A PROPOSTA

SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA/DA ESCOLA: UMA INTRODUÇÃO À SUA CONCEPÇÃO, FUNDAMENTAÇÃO E FUNÇÕES

Inspirados em Veiga (2013; 2021), compreendemos o Projeto Político-Pedagógico (PPP) na/da Escola como um conjunto de princípios, orientações e recomendações fundamentadas e amplamente participadas sobre pautas educacionais envolvendo saberes e atividades escolares, sua gestão, política e ações formacionais. Trata-se portanto, de um dispositivo educacional mediador/orientador/articulador das realizações escolares, e **a fortiori**, do trabalho pedagógico, que tem a função de explicitar e fundamentar a ação formacional e educativa e seus encaminhamentos socioeducacionais.

Antecedido por um esforço de compreensão da escola e suas relações, construídas por gestores, professores, estudantes, técnicos administrativos, agentes que cuidam do seu patrimônio, assim como pela participação comunitária, o Projeto Político-Pedagógico deve ser bem compreendido pela comunidade escolar tanto na sua dinâmica viva, como na sua avaliação e aperfeiçoamentos constantes. Essa condição lhe atribui a característica de **dispositivo político-pedagógico-formacional e educacional** que orienta ações e realizações na/da Escola.

Há que se realçar que é o protagonismo de atores e atrizes do cotidiano escolar e suas relações, que fazem do PPP uma potência e uma força viva, legitimada e valorada, enquanto documento qualificado e reconhecido pela comunidade escolar. É esse protagonismo que deve estar na base da luta política por um PPP que “**tome partido da escola e de seus educadores**” (MACEDO, 2021) bem como afirme, **a fortiori**, a sua indiscutível importância socioeducacional.

Com esse viés político-educativo os PPPs das Escolas deverão ser fruto de autorias, autonomizações e autorizações, no sentido de uma criação que recria cotidianamente seus atores e atrizes educacionais, forjando, conseqüentemente, educadores(as) que se autorizem ao tornar-se também, autores(as) de si. (ARDOINO, 1993)

Um Projeto Político Pedagógico não pode ser tão somente obra de especialistas e promotores de políticas educacionais, deve ser construído na congregação político-pedagógico de coletivos de educadores(as) através das suas compreensões e realizações autonomizantes, numa ambiência dialógica e dialética **glocal (local/global)**,

Estado da Bahia que transforma qualificadamente realidades escolares de maneira comunitária e valorada. Nesses termos, o PPP como dispositivo educacional é constituído e constitui educadores(as) numa ambiência de implicação crítica com a função mais sublime da Escola, **construir formação socialmente qualificada**, envolvendo saberes sociotécnicos, éticos, políticos, estéticos e culturais.

Pautado em valores vinculados à igualdade e à equidade, como construção político-educacional, o PPP deve vincular-se a um projeto sociopedagógico de Escola e de sociedade, até porque a instituição Escola é uma construção social a ser sustentada pelas múltiplas justiças como direito de todos(as) e de cada um(a). Assim, seus saberes e suas atividades implicadas a esses saberes, vincular-se-ão à qualificação da vida cidadã, a uma educação consequentemente cidadã, afirmando aqui a sua vocação **republicana**, ou seja, fincada nos princípios da educação como causa pública. Nesse veio, e tomando a heterogeneidade como condição educacional irredutível, Projetos Políticos Pedagógicos devem ser construídos levando em consideração as **possíveis e circunstancializadas educações** com as quais trabalham. Como exemplaridade temos as demandas formacionais e formativas da Educação de Jovens e Adultos, da Educação do Campo, da Educação Comunitária, da Educação Indígena, da Educação Quilombola, da Educação Especial, da Educação dos Povos das Águas, entre outras educações, experiências educacionais a serem orientadas pelos princípios do que vem se denominando democraticamente de Educação Popular.

Urge que os PPPs das Escolas orientem o aprofundamento dos saberes comuns socialmente referenciados e referendados, mas também apontem para uma abordagem singularizada, interdisciplinar, multirreferencial e transversal da Educação Básica, o que significa orientar as educações para o presente, para às plurais conquistas humanas e humanitárias, num mundo que se globaliza de forma complexa, iníqua e ecologicamente insustentável em relação ao cuidado com a vida. Essa disponibilização apontará, também, para as perspectivas contemporâneas de que aprendemos e, portanto, nos formamos na diversidade da emergência da experiência humana consigo e com entes outros. Nesses termos, por exemplo, é fundamental compreendermos que aprendemos valoradamente com o mundo acadêmico e científico, com o mundo do trabalho, com o mundo da produção, com a cibercultura, com as cidades, com as culturas, com as artes, com as organizações comunitárias, com o exercício da cidadania, com os entes vivos com que interagimos etc. Posto isso, por conseguinte, o ensino e a avaliação e seus

Estado da Bahia *espaçotempos*, os currículos, as didáticas, as políticas educacionais, as formas de gestão, os processos de aprendizagem e a formação de educadores(as), orientados(as) pela conquista da dignidade do ato educativo, devem produzir qualificações para um mundo não mais e tão somente orientado para a compartimentalização de saberes elitizados e as abstrações aí constituídas, que a disciplina escolar vem produzindo e historicamente nos ensinou como forma única e eficaz de compreender o mundo e a nós, muitas vezes pautadas no instrumentalismo tecnicista. Cabe aos PPPs uma crítica às perspectivas educacionais neutralistas, instrumentalistas, dicotômicas e conservadoras-elitistas, porque sempre excludentes. Assim, faz-se necessário que a Escola se coloque com autonomia responsável e responsável diante dos sistemas de avaliação, suas regulações e imposições.

Cabe também aos PPPs das Escolas a reflexão e orientação sobre questões **relativas ao trabalho e à formação docente**. Nesses termos, emerge como um documento compromissado com a valorização dessas duas pautas indissociáveis, no qual possa orientar para como a Escola **observa, analisa e experiencia políticas e realizações formacionais e formativas, envolvendo especificamente seus professores(as)**, mas também, outros segmentos escolares e instituições implicadas em favor da qualificação do trabalho e da formação de professores. Aqui, a luta pela valorização do trabalho e da formação docente torna-se uma pauta insubstituível.

Há que se ressaltar que os PPPs devem esforçar-se em fazer com que a Escola seja compreendida no seu cotidiano municipalista, como um **entretecimento construído a partir de uma visão institucional e sistêmica de Estado, não apenas de governo**.

Ademais, convencido da heterogeneidade irreduzível do mundo, da necessidade de lidarmos sem preconceitos com a diferença na Escola, faz-se mister que os PPPs orientem *espaçotempos e ações inclusivas* para os currículos, as didáticas, as gestões e as ações formacionais, visando compreender e orientar práticas pedagógicas interseccionais voltadas para as questões socioeducacionais de classe, etnicorraciais, de gênero, de condição sexual e geracional, entre outras formas da diferença habitar a Escola e o mundo.

Defendendo os princípios de um Estado laico, como argumenta a Constituição Brasileira promulgada em 1988, as religiosidades devem ser abordadas e discutidas nos PPPs sob a égide da sua emergência sempre plural e sob a orientação de uma ética espiritual movida pela dignidade socioexistencial do exercício religioso ecumênico, não

Estado da Bahia cabendo, portanto, qualquer atitude ou ação de intolerância no que se refere à liberdade religiosa ou mesmo as opções da não-religiosidade.

Em síntese, levando em conta a concepção de um PPP de qualidade, este dispositivo político-pedagógico deve refletir as seguintes características: ser um processo participativo de decisões; preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que reflita os acordos, os conflitos, as contradições, as ambivalências, os paradoxos e as incertezas que permeiam o ato educativo; explicitar princípios baseados na autonomia da Escola, no estímulo à participação de todos(as) num projeto comum e coletivo; explicitar o compromisso com a formação cidadã; implicar a ação articulada de todos(as); conceber-se como uma construção permanente, porquanto se caracteriza como realização e processo; visar a qualidade pedagógica em todo o processo educacional vivido de forma colegiada, local, interinstitucional e intercultural. (VEIGA, 2013).

Por concluir, que o PPP se estabeleça, oriente e favoreça uma ambiência pedagógica de estudos socialmente responsáveis, de intercríticidade, de criação/ inovação e imaginários férteis, de cuidado com professores, estudantes, técnicos, assistentes e famílias, e **a fortiori** de uma práxis socioeducacional como gestão colegiada comprometida com a democratização da Escola e da sociedade, suas ações e realizações.

ORGANIZAÇÃO ESTRUTURANTE DO PROGRAMA

Com intuito de fomentar esta práxis socioeducacional como gestão colegiada, apresentamos na sequência a estrutura formacional do Programa, que está organizada em três eixos: I Organização da Equipe Técnica do Programa; II Organização do Comitê de Gestão Local do Programa; e, III Organização Metodológica do Programa.

I Organização da Equipe Técnica do Programa

Para a execução do Programa, foi constituída uma equipe com 34 profissionais, educadores e educadoras com experiência na educação básica, na implementação de políticas educacionais, formação de profissionais da educação, bem como pesquisadores do campo da educação, que estão distribuídos em funções de coordenação, equipe técnica e formação.

COORDENAÇÃO GERAL

A Coordenação Geral do Projeto, composta por dois educadores, tem como finalidade coordenar os processos de gestão administrativa e pedagógica de orientação formativa.

Coordenadores Estaduais:

- ❖ 2 Bolsistas Formadores.

Responsabilidades conjuntas:

1. Planejar e coordenar as diferentes etapas do processo de orientação formativa para (re)elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos nos municípios baianos, que se dará por meio da formação continuada;
2. Planejar, realizar e coordenar as ações de formação continuada para a (re)elaboração dos projetos político-pedagógicos, em parceria com as redes municipais;
3. Desenvolver com a Equipe Técnica, as ações necessárias da formação continuada para os processos de estudos e elaboração dos PPPs nas escolas municipais;
4. Realizar ações para o envolvimento e atuação das secretarias municipais de educação em cada Núcleo Formativo, nas ações formativas propostas;
5. Assegurar junto aos Conselhos Municipais de Educação participação nas ações de mobilização das comunidades escolares e orientação formativa para a elaboração dos PPPs nas escolas municipais;
6. Desenvolver práticas de apoio que possibilitem à Equipe Técnica coordenar ações junto aos Comitês de Gestão Local do Programa nos municípios;

7. Acompanhar e monitorar o desenvolvimento das atividades de orientação formativa, de forma a atender às expectativas do Programa com relação à (re)elaboração dos PPPs nas escolas dos municípios baianos;
8. Reunir periodicamente com os parceiros institucionais para compartilhar resultados do Programa.

Coordenador de Apoio Técnico:

- ❖ 1 Bolsista Formador

Responsabilidades:

1. Acompanhar e monitorar o desenvolvimento das atividades de orientação formativa de forma a atender as expectativas do Programa com relação à elaboração dos PPPs nos municípios baianos;
2. Articular o engajamento das redes municipais na adesão ao Programa;
3. Participar do processo de planejamento voltado para a implementação das ações do Programa de Formação para (Re)elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos nas Escolas dos municípios baianos, garantindo todo apoio técnico necessário;

4. Promover, por meio de ações regulares e sistematizadas, a comunicação entre as equipes dos núcleos formativos e as redes municipais de educação;
5. Manter um canal de comunicação constante de acompanhamento e suporte às secretarias municipais de educação;
6. Coletar devolutivas de informações e dados do monitoramento sobre a implementação do Programa de orientação formativo junto aos municípios baianos;
7. Intermediar a resolução de possíveis entraves no processo de desenvolvimento das atividades de orientação formativa entre as redes municipais e formadores;
8. Participar das reuniões junto a Coordenação Geral.

“Embora o distanciamento tenha prejudicado a interação durante a elaboração, participar desse processo é uma experiência singular. É deixar enraizado por meio de um documento o nosso querer e fazer por uma educação melhor para o nosso município. Muito ainda precisa ser feito, mas esse pontapé foi um incentivo que não há palavras para descrever o quanto pudemos nos sentir útil e importante. Só tenho a agradecer por todo o aprendizado”.

(Sindicato dos Profissionais da Educação Central/BA)

EQUIPE TÉCNICA

A Equipe Técnica formativa é composta por 6 (seis) profissionais formadores que atuarão junto a Coordenação do Programa nos processos formativos a serem desenvolvidos com a equipe de formadores e os sujeitos/atores/autores dos municípios baianos.

Equipe Técnica

- ❖ 6 Bolsistas Formadores

Responsabilidades conjuntas:

1. Elaborar materiais com orientações:

- a. para o trabalho do Comitê de Gestão Local do Programa;
 - b. para estudos de concepções que possam nortear o processo de formação para (re)elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos de forma participativa e colaborativa;
 - c. para encaminhamento do processo de aprovação do Projeto Político-Pedagógico;
 - d. para realização de reuniões de trabalho por Plataformas de Comunicação;
2. Elaborar planejamento de Lives Formacionais, com definição de temáticas para estudos e aprofundamento, indicação e contato com convidados/as;
 3. Realizar processos formativos com os Formadores;
 4. Acompanhar e auxiliar os Formadores nas orientações e esclarecimentos de dúvidas junto aos municípios, quanto às questões específicas sobre o processo de elaboração dos PPPs, através do Moodle e utilização de Plataformas de Comunicação.

Técnico para Plataforma Moodle

Técnico indicado pela Superintendência de Educação à Distância da Universidade Federal da Bahia, que atuará no desenvolvimento, implementação e monitoramento da Plataforma Moodle.

Coordenador da Plataforma Moodle

- ❖ 1 Bolsista Formador

Responsabilidades:

1. Participar de reuniões com a Coordenação Geral para definição da estrutura da Plataforma Moodle;
2. Atuar na customização, implementação e monitoramento da Plataforma Moodle;
3. Elaborar material com orientações para o acesso e participação no Moodle;
4. Realizar formação com equipe da Coordenação Geral e Formadores para realização do trabalho na Plataforma Moodle.

Formadores/as

Para atingir o objetivo de garantir que todas as unidades de ensino dos municípios baianos, que aderirem ao Programa, tenham seu respectivo Projeto Político-Pedagógico (re)elaborado e aprovado, a proposta é ter Formadores que atuem na orientação direta aos municípios, utilizando recursos e ferramentas digitais nas ações. Os 417 municípios baianos serão organizados por Núcleos Formativos, compostos da seguinte forma:

- ❖ Núcleos Formativos compostos por um único Território de Identidade³, levando em consideração o grande número de municípios que constituem o Território;
- ❖ Núcleos Formativos que reúnam até dois Territórios de Identidade, levando em consideração o pequeno número de municípios que constituem estes Territórios;
- ❖ Núcleo Formativo que reúna os municípios com população acima de 200.000 habitantes que realizaram adesão ao Programa.

Cada Núcleo Formativo terá o acompanhamento e orientação de um(a) Formador(a), profissional da educação, com experiência na atuação de programas e políticas públicas de formação.

Formadores

- ❖ 24 Bolsistas

Responsabilidades:

³ Os 417 municípios baianos são organizados em 27 Territórios de Identidade. Saiba mais: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>

- ❖ Atuar na orientação e acompanhamento das atividades de um Núcleo Formativo;
- ❖ Orientar e acompanhar as atividades no Moodle;
- ❖ Realizar reuniões por Plataformas de Comunicação (e/ou presencial se aprovada no Programa) com equipes dos municípios, sempre que necessário;
- ❖ Realizar orientações e acompanhamento através do WhatsApp e Fóruns de Discussões do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- ❖ Participar de formações e reuniões realizadas pela Coordenação Geral;
- ❖ Produzir relatório das atividades desenvolvidas para recebimento de bolsas.



II Organização do Comitê de Gestão Local do Programa

A participação dos municípios baianos no Programa de Formação para (Re)elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas dos Municípios Baiano, acontece por adesão, mediante assinatura pelo(a) Dirigente Municipal de Educação de Termo de Compromisso, firmado antes do início dos trabalhos. O termo foi disponibilizado por e-mail, assinado, e enviado para Coordenação Geral do Programa por meio de Formulário online, incluindo em anexo Portaria de Constituição do Comitê Local de Gestão do Programa, bem como indicação do(a) Articulador(a).

Nossa orientação, foi que em sua constituição, o Comitê pudesse ter a seguinte composição:

- ❖ Dirigente Municipal de Educação
- ❖ Membros da Equipe Técnica Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação (dentro desses representantes, a secretaria precisará indicar o/a articulador(a) do Programa)

- ❖ Representantes do Conselho Municipal de Educação

As atribuições do Comitê são as seguintes:

- ❖ Participar ativamente das ações formativas promovidas pelo Programa;
- ❖ Mobilizar a Comunidade Escolar para o processo de (re)elaboração do Projeto Político Pedagógico;
- ❖ Mobilizar, orientar a instituição e monitorar o trabalho dos Comitês Colaborativos de cada unidade escolar durante o processo formativo e de elaboração;
- ❖ Validar o planejamento e cronograma de ações;
- ❖ Disponibilizar materiais de estudos;
- ❖ Orientar e zelar pela ampla comunicação do processo;
- ❖ Zelar pelo cumprimento das etapas subsequentes à (re)elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos.

Para esta proposta ora apresentada, destacamos três atribuições do Comitê que são fundamentais para coordenação dos trabalhos em cada município:

1. A primeira é a de **mobilizar a comunidade escolar para o processo de (re)elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos**. Cabe ao Comitê pensar e elaborar estratégias para a mobilização. No caso específico da nossa proposta, mobilizar os professores, equipe gestora, funcionários, estudantes e famílias dos estudantes, para o envolvimento e participação, discutindo todas as condições que precisam ser garantidas;
2. A segunda é realizar um **planejamento com cronograma definido para desenvolvimento de todas as ações**. Esta é uma ação importante para monitorar o desenvolvimento das atividades e garantir que os passos do Programa sejam executados.
3. A terceira atribuição que gostaríamos de destacar, diz respeito a **compor Comitê Colaborativo por escola para coordenar processos formativos de estudos críticos/reflexivos para elaboração do PPP**. Esta ação é a base de todo o trabalho em cada escola. Os Comitês constituem-se, também, naquilo que para nós é o elemento mais rico deste processo, espaços formativos autorais, pois a comunidade escolar realizará a partir destes Comitês todo processo de estudos

Estado da Bahia
críticos, reflexões, diálogos e construção sobre aquilo que diretamente diz respeito a sua práxis pedagógica.

III Organização dos Comitês Escolares

O Comitê Escolar terá a função, no âmbito de cada escola, de coordenar o processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico. No entanto, é imprescindível destacar a importância da gestão escolar, mais especificamente do(a) Diretor(a) Escolar, na organização, mobilização e mediação deste Comitê. Cabe ao(a) Diretor(a) Escolar a gestão e mediação do planejamento de trabalho da escola, respeitando os princípios de uma gestão democrática e participativa.

No processo de (re)elaboração do PPP, cabe a cada unidade escolar organizar seu Comitê. Vale destacar que as ações de constituição deste comitê são fundamentais para o fortalecimento da execução das etapas do Programa de (Re)Elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos.

Atribuições dos Comitês Escolares:

- ❖ Coordenar, colaborativamente, o processo formacional de elaboração do Projeto Político-Pedagógico;
- ❖ Mobilizar a Comunidade Escolar para o processo de (re)elaboração do Projeto Político Pedagógico;
- ❖ Elaborar planejamento e cronograma de ações tendo como base as orientações do Programa e as especificidades da escola;
- ❖ Participar assiduamente das ações formacionais do Programa, bem como das reuniões e encontros coordenados pelo Comitê Local de Gestão do Programa;
- ❖ Zelar pela ampla participação da comunidade escolar nas atividades formacionais de elaboração do Projeto Político-Pedagógico;
- ❖ Zelar no processo de elaboração, pelas especificidades da etapa e/ou Modalidade de Educação ofertada pela escola, observando a cultura, a história, a legislação e normativas específicas;

- ❖ Definir entre seus membros ou entre profissionais da comunidade escolar, uma ou duas pessoas com perfil adequado para serem responsáveis pela sistematização das produções coletivas que comporão o texto do Projeto Político-Pedagógico.

IV Organização Metodológica

O Programa de Formação para (Re)elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos nas Escolas dos Municípios Baianos, foi estruturado para acontecer no **período de março a novembro de 2022**. O resultado final esperado do Programa, é que até o mês de novembro, todas as escolas dos municípios participantes possam finalizar a (re)elaboração dos seus Projetos Político-Pedagógicos, e que estes sejam apresentados e aprovados em audiências públicas para suas respectivas comunidades escolares. Logo abaixo, compartilhamos uma síntese das ações macro e sua periodicidade.

AÇÕES	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
Formação da Equipe do Programa									
Lançamento do Programa									
Adesão dos municípios baianos ao Programa									
Constituição dos Comitês Locais de Gestão Colaborativa do Processo de (Re)Elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos									
Constituição dos Comitês Colaborativos de cada unidade escolar nos municípios									
*Etapa 1 do Programa									
*Etapa 2 do Programa									
*Etapa 3 do Programa									
Apresentação Final do PPP para a Comunidade Escolar									

*As Etapas Formacionais, envolvem as atividades de estudos e construção coletiva do Projeto Político Pedagógico. As atividades de estudos envolvem as Lives Formacionais, as Reuniões Formacionais realizadas por Território Formativo, estudo de textos e cadernos orientadores disponibilizados no Ambiente

Estado da Bahia
Virtual de Aprendizagem. O processo de construção coletiva do PPP terá como subsídio as orientações compartilhadas através das atividades de estudo.

Ambiente Virtual de Aprendizagem - Moodle

O Moodle será o ambiente que reunirá toda orientação formativa. Neste espaço, estarão disponíveis os materiais de estudos, os Cadernos de Orientações do Programa e os Links para as Lives Formacionais. Também será o principal recurso para interação entre Formadores e os Comitês Municipais para esclarecimentos de dúvidas e aprofundamento de estudos através de Fóruns de Discussão. Todas as pessoas que compõem os Comitês Locais de Gestão do Programa terão acesso ao Ambiente Virtual.



Web TV Undime Bahia



O canal no YouTube da Web TV foi pensado pela Undime Bahia no ano de 2020 como uma ferramenta de aproximação com os municípios baianos, no intuito de promover ações formativas e orientadoras.

Com o Programa de (Re)elaboração dos Referenciais Curriculares nos Municípios Baianos, a Web TV Undime Bahia se tornou o Canal da Educação dos municípios baianos, tendo desenvolvido nos dois anos de existência, mais de 165 Lives com um alcance que passou de dois milhões de visualizações.

Neste sentido, a Web TV Undime Bahia será o principal canal formacional de amplo alcance, que transmitirá as Lives Formacionais para os participantes do Programa. As Lives serão realizadas periodicamente através do canal Web TV Undime Bahia, disponível no YouTube, tendo como base um cronograma formulado pela equipe técnica do Programa.

Acesso ao canal: https://www.youtube.com/channel/UCBxj7xy5o096Bfc5zvt_Hng.

Redes Sociais e Plataformas de Comunicação

Para ajudar na organização e realização das atividades do Programa, serão utilizadas Redes Sociais, como o WhatsApp, que permite comunicação rápida com os

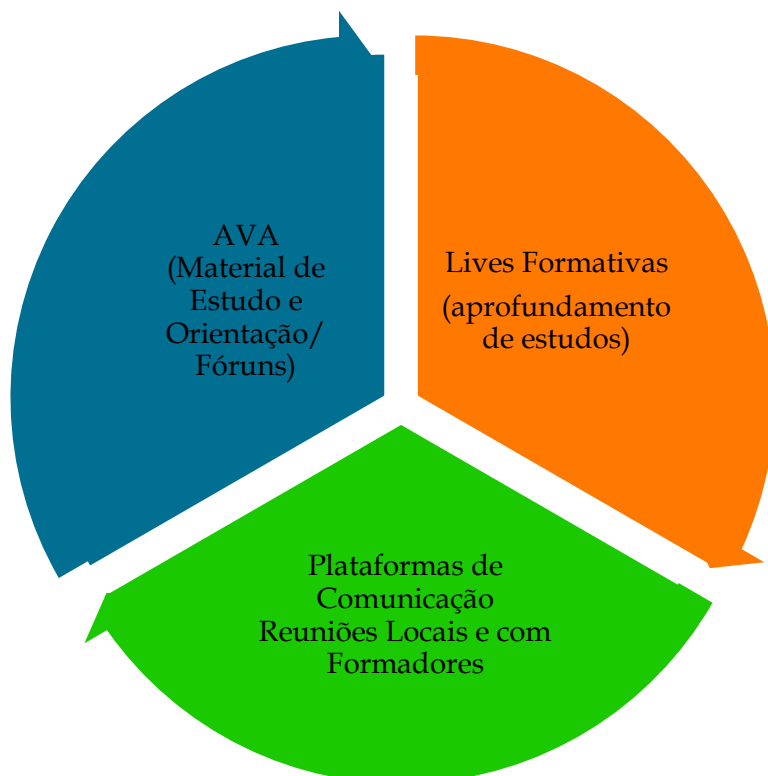
membros de cada Comitê Local. Os Formadores também organizarão grupos no WhatsApp para cada Núcleo Formativo, reunindo todos os membros do Comitê de cada município.

As Plataformas de Comunicação ajudarão na realização de reuniões entre todos os sujeitos atuantes neste Programa. Encaminharemos orientações para o acesso e uso destas Plataformas.



Foto: Planaltino/BA

Fluxograma do Programa



Referenciais Consultados

- ALVES, N. (Org.) *Criar currículo no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 2002.
- APPLE, M. Teoria educacional crítica em tempos incertos. In: Hipólito A. Gandin, L. *Educação em tempos incertos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 13-37.
- ARDOINO, J. Pensar a multirreferencialidade. In: Macedo, R. S. Barbosa, J. G.;
- ARDOINO, J.A. L`approche multirréférencielle (plurielle) de situations éducatives et formatives. *Pratique de Formation (analyses)* – Université Paris VIII, Paris, n. 25-26, p. 15-34, 1993.
- Borba, S. *Jacques Ardoino & a Educação*. Coleção Pensadores e Educação. Belo Horizonte: Autêntica: 2012, p. 87-100.
- ARDOINO, J. L`approche multirréférencielle (plurielle) des situations éducatives et formatives. *Pratique de Formation (Analyses)*, Université de Paris 8, n° 25-26,1993, p. 15-34.
- ARROYO, M. *Currículo : território em disputa*. Petrópolis : Vozes, 2011.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Crêterios para um atendimento em creches que respeite os Direitos Fundamentais das Crianças*. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1995.
- BRASIL. Resolução CNE/CP número 2. *Implementação da Base Nacional Comum Curricular*. 2017.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Da Educação Infantil*, Lei n. 9394, D.O U. dez. de 1996.
- BRASIL. MEC/SEB/DPE/COEF. *Ensino Fundamental de Nove Anos – Orientações Gerais*. Brasília, julho de 2004.
- BRASIL. Ministério do bem-estar social. Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. *Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação*. Brasília/DF: MEC/SEB. 2006.
- BRASIL, *Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares*. Brasília, DF, 2004.

FREIRE, P. SHOR, I. *Medo e Ousadia: o cotidiano dos professores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

JOSSO, M.-C. *Experiências de vida e formação*. Tradução de José Cláudio e Júlia Ferreira. Lisboa: EDUCA, 2002.

LUCK, Heloísa. *A gestão participativa na escola*. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORIN, E. ; TERENA, M. *Saberes globais e saberes locais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

MACEDO, Roberto Sidnei. *Tomar partido da escola e dos seus educadores: do escárnio político da escola sem partido à dignidade da escola autorizante*. Salvador: Edufba, 2021.

MACEDO, R. S. *Chrisallys. Currículo e complexidade*. Salvador: EDUFBA, 2ª Edição, 2005.

_____. *Currículo: campo, conceito e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 2018.

_____. *Compreender e mediar a formação: o fundante da educação*. Brasília: Liber Livro, 2010.

_____. *Atos de currículo, formação em ato?* Ilhéus: Editus (UESC), 2013.

_____. *O sentido da pré-escola pública*. Salvador: UNEB, 1991.

_____. *Prontidão, compensação e pré-escola: prática e crítica. Dissertação de Mestrado*, Salvador: FAGED-UFBA, 1985, 447 p.

_____. *Atos de currículo e autonomia pedagógica: o socioconstrucionismo curricular em perspectiva*. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. "Enfance et éducation: une recherche sur deux programmes d'éducation pré-scolaire au Brésil." *Tese de doutorado*. Departamento de Ciências da Educação, Universidade de Paris Saint-Denis, 1995, 740 p.

_____. *Infâncias-devir e currículo: a afirmação do direito das crianças à formação*. Ilhéus: Editus, 2013.

_____. *A teoria etnoconstitutiva de currículo: uma teoria-ação curricular-formacional*. Curitiba: CRV, 2015.

MACEDO, R. S.; BARBOSA, J. G.; BORBA, S. *Jacques Ardoino & a educação*. Coleção Pensadores e Educação. IV Série. Belo Horizonte: 2012.

MACEDO, Roberto Sidnei; SILVA, Renê. **Coletivos de professores(as) em formação instituindo políticas de currículo**. In: SANTOS, Jocyléia Santana dos; VEIGA, Ilma Passos (org). *Formação de professores para a Educação Básica*. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022, p. 119-147.

ROBERTSON, Roland. *Global Modernities*. Londres. Sage Publications, 1995.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico*. São Paulo: Libertad Editora, 2012

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto Político-Pedagógico da escola – uma construção possível*. 29 ed. Campinas: Papirus, 2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. 8 ed. Campinas: Papirus, 2021.

PINEAU, G. Autoformação no decurso da vida: entre a hétero e a ecoformação. In: Nóvoa, A. Finger, M. (Org.) *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988, p. 63-77.

ANEXO I - NÚCLEOS FORMATIVOS

<i>Núcleos Formativos</i>	Formador(a)	Território	Municípios que realizaram a adesão	Nº
1	Acácia Barbosa dos Santos	01 Irecê	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, Uibaí, São Gabriel, Xique-Xique.	19
2	Jeane Rufina de Souza Silva	02 Velho Chico	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato.	16
3	Isa Dourado Neto de Abreu Bacelar	03 Chapada Diamantina	Abáira, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Iramaia, Itaetê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.	22
4	Eronize Lima Souza	04 Sisal	Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente..	19
5	Miriam Oliveira Rotondano	05 Litoral Sul	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Floresta Azul, Ilhéus, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Mascote, Pau-Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba e Una.	18
6	Luiz Argolo de Melo	06 Baixo Sul	Aratuípe, Cairu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães.	13
7	Carolina Freitas Castro Ribeiro (2ª)	07 Extremo Sul	Alcobaça, Caravelas, Ibirapoã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas, Vereda.	13

8	Zuma Evangelista Castro da Silva	08 Médio Sudoeste da Bahia	Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Santa Cruz da Vitória.	10
		27 Costa do Descobrimento	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Santa Cruz Cabrália.	7
9	Fernanda Karla de Santana Reis Argolo (2ª)	09 Vale do Jiquiriçá	Brejões, Cravolândia, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, São Miguel das Matas, Ubaíra.	16
10	Maria Cristiane Correia Maia	10 Sertão do São Francisco	Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Curaçá, Remanso, Sento Sé e Sobradinho.	6
		16 Piemonte da Diamantina	Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ouroândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas, Várzea Nova.	9
11	Maria das Graças Souza Moreira	11 Bacia do Rio Grande	Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolandia, Cristópolis, Formosa Do Rio Preto, Riachão Das Neves, Santa Rita De Cássia, São Desiderio, Wanderley.	10
		12 Bacia do Paramirim	Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires.	8
12	Iamara Junqueira Sousa Carvalho	13 Sertão Produtivo	Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Tanque Novo, Urandi.	18
13	Renilton da Silva Sandes	14 Piemonte do Paraguaçu	Boa Vista do Tupim, Iaçu, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa e Santa Terezinha.	12
14	Karla Mychely Teles de Miranda Santana	15 Bacia do Jacuípe	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço.	14
15	Robélia Aragão da Costa	17 Semiárido Nordeste II	Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá Euclides da Cunha, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Santa Brígida, Sítio do Quinto.	15

16	Higro Souza Silva	18 Litoral Norte e Agreste Baiano	Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu,- Conde, Crisópolis, Entre Rios, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Rio Real, Sátiro Dias.	19
17	Fabiana Correia Moura	19 Portal do Sertão	Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio, Terra Nova.	14
18	Josirlene Cardoso Lima Afonseca	20 Sudoeste Baiano	Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo e Tremedal.	22
19	Tânia Maria Nunes Nascimento	21 Recôncavo	Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara, Varzedo.	17
20	Karine Nascimento Silva	22 Médio Rio de Contas	Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã.	16
21	Luiz Ricardo Pereira de Almeida Braga	23 Baía do Rio Corrente	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Felix Do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho.	11
22	Edineide Vitor Costa	24 Itaparica	Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas.	5
		25 Piemonte Norte do Itapicuru	Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo, Senhor do Bonfim.	9
23	Edisio Brandão Sousa	26 Metropolitano de Salvador	Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Mata de São João, Pojuca, São Sebastião do Passé, Simões Filho, Vera Cruz.	08

24

Carlos Vagner da Silva Matos	Municípios mais populosos	Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Camaçari, Juazeiro e Lauro de Freitas	6
-------------------------------------	----------------------------------	---	---